

PARAGUAI :

Pronunciamento do Episcopado sobre a hora atual da Igreja

A mandado dos Pastores da Igreja do Paraguai
Angel Acha Duarte - Secretário da CEP (Conferência Episcopal
do Paraguai).

Dado na cidade de Assunção, aos 12 de junho de 1976, dia da
Paz do Chaco.

Caros irmãos:

1. Como em outras oportunidades nos dirigimos a vós movidos pela consciência da nossa responsabilidade sagrada e indeclinável. É lógico que esta consciência se torne diligente em ocasiões como a presente, de profunda preocupação e viva inquietude, diante de fatos que afetam muito seriamente a vida da nossa Igreja.

Nós bispos, temos nos reunido nestes meses para refletir devidamente sobre os acontecimentos presentes, à luz da Palavra de Deus e de nossa experiência

pastoral. Convocamos todos os fiéis à oração durante o mês consagrado à Virgem Maria, Mãe da Igreja, e por ocasião da celebração da Independência Nacional, o Arcebispo de Assunção pronunciou uma homilia oportuna que a CEP adotou como sua e ratificou todo o seu conteúdo.

2. Novamente reunidos em Assembléia Extraordinária, os Bispos do Paraguai vos fazemos chegar nossa palavra para compartilhar com todos vós nossas considerações e reflexões, nascidas das preo-

cupações que são e devem ser-nos comuns. É imprescindível serenar os ânimos e dissipar os temores, clarificar as opções e confirmar-nos na unidade da fé. Igualmente é imprescindível e urgente, responder aos compromissos pastorais assumidos para ordenar e revigorar a ação evangelizadora da Igreja em nossa Pátria. Tal é o caráter desta Carta, tais seus objetivos e destinatários. Pretendemos fazer brilhar o amor à verdade e a adesão à Igreja de Cristo. É com esse ânimo que falamos e com esse ânimo que esperamos ser ouvidos.

OS FATOS QUE NOS PREOCUPAM

3. Os rebentos de violência e a resposta de repressão institucional e policial em curso, afetam profundamente não só nossas Igrejas como também a Pátria mesma, já que estão em jogo os bens, a honra, a liberdade e a própria vida das pessoas. Afeta particularmente à Igreja nos seus sentimentos cristãos feridos, em seu bom nome manchado, em sua liberdade ameaçada e coarctada.

4. Queremos enunciar brevemente os fatos que configuram esta hora de prova para os cristãos e para todos os bons cidadãos.

Eles são:

a) Repressão indiscriminada e apressamento de estudantes e camponeses;

b) Recrudescer a prática da tortura e há mais de um caso de pessoas detidas mortas ou desaparecidas em circunstâncias não devidamente esclarecidas;

c) Fomenta-se pública e deliberadamente a intriga e a delação e invita-se à violência;

d) A Igreja sofre pela intervenção dos seus Colégios, a invasão policial de suas Casas de formação sacerdotal, de suas instituições apostólicas e Colégios;

e) Foram presos sacerdotes, seminaristas, empregados de instituições da Igreja, os quais são mantidos totalmente incommunicáveis;

f) Numerosos sacerdotes da Companhia de Jesus foram expulsos do país de forma arbitrária e indecorosa;

g) Entre os responsáveis pelos atos de violência faz-se menção, sem prova que faz fé em juízo, a sacerdotes (religiosos e seculares, paraguaios e estrangeiros), a cristãos leigos que de alguma maneira estiveram em contato com instituições ou movimentos católicos, especialmente os da juventude;

h) Foram publicadas fotografias de sacerdotes e leigos católicos com qualificativos descomedidos, pedindo a colaboração da população para a sua captura, mesmo antes de se provar a culpabilidade dos mesmos, nem de qualificar seus possíveis delitos;

i) Em documentos, conferências e audiências do partido governante e de seus organismos auxiliares, onde tomaram parte ativa altas personagens do governo (alguns Ministros, o Chefe de Investigações, Delegados do governo, etc.) tem uma explicação distorcida dos fatos:

— A partir de ações particulares, atribuíveis a qualquer cidadão comum, os expositores pretendem, apoiando-se exclusivamente no fato de alguns extremistas pertencerem à Igreja Católica, extender a todo o corpo da Igreja e a seus Pastores, a responsabilidade da opção política dos mesmos;

— Mais ainda: até parece que se quer apresentar a Igreja como um reduto de sediciosos e "criminosos perigosos", como uma instituição débil, sem força moral, sem pastores vigilantes, sem capacidade

para conduzir, e portanto, presa fácil de intrusos e oportunistas;

— Através de sucessivas solicitações torna-se visível uma clara intenção de reduzir a Igreja ao interior dos templos e chegou-se a oferecer uma “colaboração eficaz para saná-la de elementos corrompidos”;

j) Estabelece-se uma limitação inaceitável de toda atividade extra-escolar nos mesmos Colégios Católicos, incompatível com o direito e a liberdade da Igreja. Além disso, pretende-se limitar a mesma liberdade de reunião e de associação dos católicos para fins específicos de catequese e formação religiosa.

Estes fatos, e outros que não queremos mencionar aqui, têm preocupado e indignado os bons cristãos, têm criado confusão e desalento em muitos, geraram um clima de insegurança crescente, pretendendo introduzir a dúvida e a desconfiança nos mesmos quadros da Igreja.

5. Nossa reflexão cuidadosa e nossa oração nos levaram às seguintes considerações que queremos compartilhar com nossos fiéis.

A IGREJA UNA E SANTA

Professamos em nosso credo que a Igreja Católica é una e santa:

Una na fé, na esperança e no amor. É a sua marca distintiva para que nela se possa crer. Jesus rogou por ela ao Pai: “Como tu, Pai, estás em mim e eu ti, que eles também sejam um em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste” (João 17. 21). Nosso empenho há de ser “conservar a unidade do Espírito com o vínculo da paz. Um só Senhor, uma só fé, um só batismo, um só Deus e Pai de todos, que está acima de todos e em todos” (Efésios 4, 3-6).

Santa, porque “a Igreja do Deus vivo é coluna e sustentáculo da verdade” (1 Tim. 3, 15).

Santa, pela presença viva, contínua e santificadora de Cristo no seu Corpo místico, que é a Igreja.

Santa, porque está animada e assistida de modo infalível pelo Espírito Santo, que constitui e ampara seus pastores.

Santa, porque Deus a fez sacramento de graça e de salvação para todos os homens, e a constituiu como mãe de todos os crentes.

Santa, porque ela se realiza no mandamento supremo do amor, que nos leva a amar a todos os homens, até aos nossos inimigos.

6. É justo, portanto, que todos — Pastores e fiéis — trabalhem com afã para irmos realizando esta unidade e santidade da Igreja; para corrigir os defeitos que nela surgem como consequência das limitações de seus membros e de seus ministros; que nos esforcemos todos para que ela seja cada dia mais conforme ao Evangelho e para convertê-la em instrumento eficaz de evangelização.

Doi-nos constatar as imperfeições da Igreja. Mas não podemos desacreditá-la publicamente, nem aumentar suas imperfeições. Devemos falar dela com o respeito, o amor e a devoção com que os bons filhos falam sempre de sua mãe, mesmo que reconheçam seus defeitos.

Recordemos que “o amor à Igreja é sinal de fidelidade ao Evangelho, de amor a Cristo. A desconfiança da Igreja é o princípio de todo desvio e heresia” (Tarrancón).

Nós Bispos, estamos conscientes de nossa missão e de nossa grave responsabilidade: a de ser “princípio e fundamento visível da unidade de nossas Igrejas”

e os primeiros responsáveis pela sua condução e santificação (LG 23). Apesar de nossas limitações pessoais, aceitamos este mandato e estamos decididos a cumpri-lo mesmo às custas de nossa própria vida.

OS CRISTÃOS E A VIOLÊNCIA

7. O segundo ponto da nossa reflexão gira em torno da violência. E fazemos uma distinção entre o uso da força e a violência. A força a serviço da justiça é às vezes necessária; a violência jamais! Paulo VI o afirmou claramente: "Não negamos que a luta possa ser necessária, que possa elevar-se até um dever magnânimo e heróico, que possa ser a arma da justiça". Por isso honramos como heróis aos que morreram lutando em defesa da Pátria, incluindo os próprios policiais que morrem em ato de serviço à justiça. Porém, a violência é sempre má e... complexa. Há violência sempre que não se respeita a Deus e à sua criatura. É uma situação de violência; é a primeira das violências. Ninguém gosta de sofrer injustiças, humilhações, repressões. Ninguém se resigna a viver sem liberdade, sem perspectiva, sem esperança. E no entanto, o egoísmo de uns poucos obriga a tantos paraguaios a viver nessa situação de violência que nem pelo fato de ser habitual, é menos injusta!

Nós cremos que esta violência nascida do duro egoísmo de uns poucos é que provoca o protesto dos revoltosos, geralmente da juventude, que é mais sensível e mais decidida a lutar por um mundo diferente. As autoridades, e sobretudo os privilegiados, ficam alarmados quando surge o protesto. Chamam os rebeldes de "elementos subversivos",

"agitadores", "comunistas". "criminosos perigosos".

Este modo de proceder é um abuso. Nós cremos que entre os contestadores há, efetivamente pessoas com ideologias de extrema esquerda, que fizeram da violência armada e do ódio seu método de luta e sua vida. Mas, ao se fazer um juízo com serenidade, ver-se-á que entre os contestadores há também pessoas movidas por um sentimento religioso, que colocam sua fé a serviço da promoção humana, daqueles que jazem em condições infrahumanas e são vítimas de grandes injustiças.

Nestes momentos de repressão mete-se todo mundo no mesmo saco e quem não é comunista, é considerado pelo menos um ingênuo que prepara o caminho para o comunismo. E, infelizmente, este tratamento igualador e indiscriminado, estas formas de rechaço e de repressão massiva podem levar muita gente sã, com sede de justiça e autenticidade, a comprometer-se com ideologias extremistas e em muitos casos, a confiar mais nas "guerrilhas" do que na justiça dos povos.

A violência atrai a violência. Quando a "contestação" contra as injustiças chega à rua, as autoridades se acham na obrigação de salvar a ordem pública ou de restabelecê-la. Mesmo que tenham de empregar meios fortes: é a violência da repressão.

Muitas vezes as autoridades vão mais longe: para conseguir informações, talvez decisivas para a segurança pública, dentro da lógica da violência, recorrem às torturas, morais e físicas. Como se as informações arrancadas com torturas fossem seguras ou pudessem merecer confiança! A tortura repugna profundamente à consciência cristã.

8. Em que consiste a maldade intrínseca da violência? No fato de legitimar-se a si mesma e definir-se a si mesma como sua própria lei: "Chamamos de violência à repressão ou à revolução, quando já não buscam fazer referência a nenhuma instância superior de justiça e verdade, mas que simplesmente se afirmam, não vendo nada mais que a eficácia, pertendendo definir os meios que utilizam em função de seus fins exclusivos" (Bigo).

Temos que repetir, portanto, e constantemente, que a Igreja, os cristãos, não podem aprovar nem devem amparar a violência: porque ela não é cristã nem evangélica. Não a admite nem como ação e nem como situação. Por esta mesma razão, nos vemos obrigados a afirmar que não é cristão pretender eliminar o terrorismo subversivo, cuja principal vítima é sempre o povo, desencadeando a violência repressiva. A preocupação legítima pela segurança nacional não deve exacerbar-se a tal ponto que gere um clima de insegurança crescente em toda a Nação.

Reconhecemos aos Poderes públicos o direito de recorrer à força. Porém este direito não os exime do respeito devido aos cidadãos, nem tão pouco da moderação no uso da força. Numa palavra: o terrorismo da subversão não pode ter como resposta o terrorismo da repressão!

A SERVIÇO DA VERDADE E DA JUSTIÇA

9. As circunstâncias em que vivemos são particularmente propícias à mentira, ao engrandecimento indevido dos fatos, a generalizar as acusações. São os frutos da violência.

Um autor contemporâneo conhecido afirmou: "Não nos esqueçamos que a violência não vive sozinha: está intimamente associada à mentira pelos mais estreitos dos vínculos naturais. A violência encontra na mentira seu único refúgio, e a mentira seu único apoio na violência. Todo homem que escolheu a violência como meio, deve escolher inexoravelmente a mentira como norma". A violência exige uma aliança com a mentira, uma cumplicidade. E o simples ato de coragem de um homem honesto de rejeitar a mentira, exaspera a violência.

No nosso país, infelizmente, a mentira se tornou um sistema de vida e de propaganda: oprime-se a verdade.

Do mesmo modo, portanto, com que repudiamos a violência, temos que repudiar a mentira. Não cremos nela. Mais cedo ou mais tarde será desmascarada. Não foi o que disse o Senhor? "O discípulo não é mais que o seu mestre. Basta o discípulo ser tratado como seu mestre. Se chamaram de demônio ao dono da casa, quanto mais farão aos seus domésticos! Não tenham medo deles. Porque nada há de escondido que não venha à luz, nada de secreto que não se venha a saber." (Mt. 10, 24-26).

Procederemos como filhos da luz. Nada temos a esconder. Não tememos a luz. Demos um testemunho de amor "em espírito e verdade"! Somos seguidores de Cristo, que diante do tribunal de Pilatos confessou: "Eu vim ao mundo para dar testemunho da verdade".

10. O serviço da verdade inclui o amor, e portanto, a compreensão. Se vamos aderir tenazmente à verdade e consequentemente, ser implacáveis com a mentira, procuraremos também, com igual empenho, salvar a quem erra e ensinar a quem não sabe. Por isso, nestas

circunstâncias em que faltam evidências e certezas — mas sobram dúvidas e mal-entendidos — temos que extremar nossos esforços para salva a boa vontade do próximo. Não deveríamos falar de mentiras, se diversas interpretações são possíveis dos mesmos fatos.

Além disso, pode-se chegar a situações difíceis de se esclarecer, a suspeitas fundadas, à verdadeira presunção.

1. É nesses momentos que aparece em toda a sua dramática urgência, a necessidade da plena vigência de um poder judicial respeitável e eficiente. De outro modo, para onde recorrer a fim de provar nossa culpa ou inocência? Os tribunais de justiça surgiram na sociedade dos homens para superar a lei da selva, para tornar desnecessária a violência, para assegurar o direito e a convivência. Toda onda de violência deve nos levar a pensar na administração da justiça. Há anos que estamos reclamando um saneamento de nossos Tribunais; é preciso, que em nosso país, os juízes recuperem credibilidade. Nenhuma paz é estável enquanto não se assegura uma justiça incorruptível, competente, eficaz. Senão, para onde acudiremos? Voltaremos a fazer “justiça” por nossas próprias mãos? A administração correta da justiça é a máxima aspiração do homem. Os pagãos já diziam: “Zeus enviou aos homens o direito que os dignifica para que não vivam e se devam uns aos outros como animais selvagens, entre os quais impera unicamente o “direito” do mais forte” (Hesíodo). E o Profeta Isaías (32, 1-5) anunciava como uma bênção para o povo:

“Eis que um rei reinará segundo a justiça, e os príncipes governarão com equidade,

Não mais se qualificará de nobre ao perverso, nem ao trapaceiro, de grande.”

Somos testemunhas da angústia de nossos fiéis que se sentem órfãos diante de uma justiça que não encontram. Necessitamos do império da justiça que não se deixa subornar; da igualdade diante da lei justa. É urgente o respeito à verdade e a pessoa humana. “O Senhor julgará os povos na sua verdade” (Salmo 96, 13).

CONDENAMOS OS TOTALITARISMOS

12. O último ponto de nossa reflexão refere-se à infiltração comunista. Será preciso condenarmos mais uma vez o comunismo? Se isto pode contribuir para clarificar as coisas, com toda a força de nossa vontade, renovamos nossa firme condenação do comunismo totalitário e ateu. Em nossa condição e qualidade de Pastores lembramos a todos os membros da Comunidade cristã, o dever de fazer opções coerentes com a nossa fé, respeitando os valores evangélicos.

Pedimo-lhes que observem com lealdade as diretrizes do Papa sobre a necessidade de agir com muito discernimento em cada circunstância em que deverão tratar com aqueles que fazem da prática da luta de classes uma prática política e que conduz inevitavelmente a um tipo de sociedade totalitária e violenta, incompatível com a fé cristã.

A experiência nos ensina que devemos evitar os riscos que derivam destas ideologias e movimentos. Por sua intrínseca natureza ou por circunstâncias históricas, eles são inconciliáveis com a visão cristã do homem e da sociedade e não

oferecem nenhuma garantia de uma promoção integral da pessoa e da comunidade.

13. Se condenamos o comunismo, pelas mesmas razões condenamos também toda outra forma de totalitarismo, mesmo que seja de outro signo. A experiência nos ensina que os regimes totalitários desprezam e destroem a pessoa humana e a comunidade, terminam sempre desconhecendo a Deus e à sua Igreja.

Se queremos que nossos jovens sejam conscientizados é porque queremos que sejam capazes de criar uma sociedade melhor do que a atual; que um regime político de liberdade e responsabilidade seja assegurado, onde a paz social seja o fruto maduro da justiça.

Uma consciência lúcida é necessária; o discernimento cuidadoso é indispensável; a responsabilidade solidária é a única saída para se criar um tipo novo de sociedade que reconheça a Deus "em espírito e verdade" e respeite o homem livre e responsável.

14. Afirmamos ser imprescindível a presença crítica da Igreja em nossa pátria nesta hora de grandes empreendimentos, para preservar os valores humanos do desenvolvimento e para garantir que o mesmo se insira no contexto cristão da história da salvação.

Entre os valores humanos e cristãos do autêntico desenvolvimento, adquirem importância especial o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana; a aplicação correta das normas legais que defendem as pessoas e as instituições contra qualquer arbitrariedade; e o verdadeiro diálogo com as mais amplas garantias do direito de resposta e defesa de todos os que são perseguidos enquanto exercem sua missão eclesial.

15. De acordo com estas reflexões e falando em nome de nossos fiéis e de muitos que hoje sofrem perseguições por causa de Cristo:

1) pedimos que cessem os procedimentos arbitrários, as prisões em massa, a intimidação a populações compoensas inteiras, a espoliação dos bens dos inculpadados, a prolongação indefinida da inco-
municacão dos detidos;

2) exigimos que, em consideracão às leis supremas do país e ao número de batizados, que se ponha um término à campanha de difamacão da Igreja, que sob pretexto de defendê-la, chegam ao ponto de fazer os funcionários e organismos oficiais voltarem-se contra os seus bispos e seus presbiteros, seus apóstolos leigos e suas instituições. Nas circunstâncias atuais já se configurou uma clara e verdadeira perseguição à Igreja.

3) se devemos crer na palavra de nossos governantes, então devem ser asseguradas garantias capazes de permitir aos Pastores e fiéis de desenvolver sua missão apostólica não apenas nos atos de culto como também em todo o âmbito da vida familiar, social e no exercício de sua cidadania.

16. Como legítimos Pastores do povo crente, reafirmamos a inalienável responsabilidade da Igreja na promoção das atividades que lhe são inerentes, e renovamos nossa decisão de pô-la em prática às custas de qualquer sacrificio. Os Bispos do Paraguai, de acordo com o mandato que recebemos de Jesus, não aceitamos transferir para outros a responsabilidade de julgar o que é verdadeiramente conforme ao Evangelho e de aplicá-lo. Continuaremos realizando todo ti-

po de esforços para impedir que alguém desfigure os objetivos das numerosas instituições que atuam no campo da ação apostólica da Igreja e na aplicação prática de tais objetivos por parte das pessoas responsáveis que nós mesmos nomeamos.

17. Terminamos nossa carta com um apelo premente a todos os cristãos para viver com uma consciência cada vez mais lúcida, a unidade necessária da Igreja que se manifesta na adesão aos legítimos pastores, na observância da justiça, no serviço da verdade, no amor cristão, que é vínculo da paz e arremate da unidade consumada.

Manteremos inalterável nossa fé em Cristo que venceu o mundo e nos exorta: Não os temais: não podem matar a alma... Cada um de vós sabeis quem é vosso Pastor e aonde estão os verdadeiros cristãos: pelos frutos são conhecidos. Cada um de nós Bispos, em nossas respectivas jurisdições, julgaremos a oportunidade e a conveniência de aplicar as sanções e os castigos contemplados pelas leis da Igreja contra aqueles que por seu procedimento se apartam da comunidade eclesial.

Lembramos finalmente, que a Igreja, a exemplo de seu Senhor, deve percorrer os caminhos deste mundo na pobreza e com perseguições, a fim de comunicar a todos os homens os frutos da salvação.

A Igreja "vai peregrinando entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus", anunciando a cruz do Senhor até que venha (cf. 1 Cor. 11, 26). Está

fortalecida com a virtude do Senhor resuscitado para triunfar com paciência e caridade sobre suas aflições e dificuldades, tanto internas como externas, e revelar fielmente ao mundo seu mistério, mesmo que seja na penumbra, até que se manifeste em todo o esplendor ao final dos tempos (L.G. 8).

Ismael Rolón,
Arcebispo Metropolitano de Assunção

Ramón Pastor Bogarín
Bispo de San Juan Bautista de las Misiones

Aníbal Maricevich
Bispo de Concepción

Felipe Santiago Benitez
Bispo de Villarrica del Espiritu Santo

Sinforiano Lucas,
Bispo Vicário del Pilcomayo

Juan Moleón Andreu,
Vicário Castrense

Juan Bockwinkel,
Prelado Ordinario de Encarnación

Alejo Obelar,
Vicário del Chaco Paraguayo

Demetrio Aquino,
Bispo de Caacupé

Augustín Van Aaken,
Prelado Ordinário del Alto Paraná

Claudio Silvero,
Bispo de Coronel Oviedo